

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Minas do Leão – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

Como consequência das operações a Companhia assume obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do fechamento de seus aterros sanitários, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, conforme divulgado na Nota Explicativa 20. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como os gastos necessários para a cobertura final do aterro e diversos serviços específicos como: drenagem, coleta e tratamento de chorume, coleta e tratamento de biogás, tomada de amostras e análise laboratorial das águas subterrâneas e superficiais e manutenção da infraestrutura existente.

Devido à relevância da provisão para fechamento e pós fechamento de aterros sanitários e ao nível de julgamento para determinação da sua estimativa que pode impactar o valor desta provisão nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) Com auxílio de nossos especialistas nas áreas ambiental e de sustentabilidade, avaliamos a razoabilidade do modelo utilizado, das principais premissas adotadas, dos volumes de capacidade considerados em relação as licenças ambientais e aderência ao cumprimento da legislação ambiental vigente;
- (ii) Avaliamos, em base amostral, as evidências dos gastos necessários para cobertura final do aterro e dos serviços específicos acima mencionados utilizados para estimar os compromissos futuros para as fases de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários; e
- (iii) Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos a necessidade de ajustes de auditoria na provisão para fechamento e pós-fechamento de aterro sanitário, sendo estes ajustes não registrados pela diretoria, tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Controles internos e controles gerais de tecnologia de informação

Durante o último trimestre de 2024 houve mudança do sistema ERP financeiro/contábil, do qual a Companhia, impactada pelo seu elevado número de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações financeiras estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Devido à importância da estrutura de controle interno para a Companhia, consideramos essa migração de sistema como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros:

- (i) obtenção de uma compreensão das interfaces relevantes para determinar se as interfaces funcionam conforme o esperado;
- (ii) para relatórios relevantes, executamos procedimentos para validação de integridade e precisão de dados gerados para os respectivos relatórios; e
- (iii) Validação dos saldos contábeis migrados e relatórios suportes auxiliares do sistema legado para o novo sistema implementado.

As deficiências no desenho e na operação dos controles gerais de TI, alteraram a nossa avaliação da natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

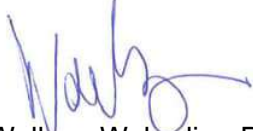
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações Financeiras

**31 de dezembro de 2024 e 2023
com Relatório dos Auditores Independentes**

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial7

Demonstração do resultado..... 8

Demonstração do resultado abrangente9

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 10

Demonstração dos fluxos de caixa..... 11

Notas explicativas às demonstrações financeiras..... 12

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.**Balanco patrimonial****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2024	2023		Nota Explicativa	2024	2023
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	10	81.273	74.396	Fornecedores	14	27.337	25.065
Contas a receber de clientes	11	67.700	60.876	Empréstimos e financiamentos	16	545	3.380
Estoques		9.380	6.031	Debêntures	17	27.577	8.428
Impostos a recuperar	12	3.816	5.616	Passivo de arrendamento		173	180
Outras contas a receber		2.567	867	Salários, benefícios e encargos sociais	18	4.294	4.143
Adiantamento a fornecedores		1.501	575	Impostos, taxas e contribuições	19	26.358	11.071
Ativos mantidos para venda		-	1.470	Dividendos a pagar	15	2.600	-
Total do ativo circulante		166.237	149.831	Adiantamentos de clientes		2.063	1.705
				Outras contas a pagar		168	14
				Total do passivo circulante		91.115	53.986
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:				Fornecedores	14	-	6
Impostos a recuperar	12	3.733	3.826	Empréstimos e financiamentos	16	-	533
Contas a receber de clientes	11	7.583	5.991	Debêntures	17	101.765	126.990
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	106.552	83.736	Passivo de arrendamento		-	173
Ativo fiscal diferido	21	19.465	19.601	Provisões	20	57.920	67.104
Depósitos judiciais		59	59	Total do passivo não circulante		159.685	194.806
		137.392	113.213				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	13	206.413	179.899	Capital social	23	102.359	92.225
Direito de uso – Arrendamento		169	353	Capital social a integralizar		(261)	-
Intangível		53	79	Reserva de capital		4.491	4.491
		206.635	180.331	Reservas de lucros		152.882	97.874
Total do ativo não circulante		344.027	293.544	Ajustes de avaliação patrimonial		(7)	(7)
				Total do patrimônio líquido		259.464	194.583
TOTAL DO ATIVO		510.264	443.375	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		510.264	443.375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	24	306.170	240.197
Custo dos serviços prestados	25	(150.462)	(144.431)
Lucro bruto		155.708	95.766
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais	26	(1.278)	(5.223)
Despesas administrativas	27	(20.094)	(10.965)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(309)	(3.244)
Receitas e despesas operacionais líquidas		(21.681)	(19.432)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		134.027	76.334
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	29	21.300	21.250
Despesas financeiras	29	(20.274)	(22.491)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		1.026	(1.241)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		135.053	75.093
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	21	(46.241)	(26.900)
Diferido	21	(136)	(1.251)
Lucro líquido do exercício		88.676	46.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	88.676	46.942
Outros resultados abrangentes	-	(6)
Total do resultado abrangente da Companhia	88.676	46.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Capital Social a integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	82.124	-	4.491	3.603	63.780	-	(1)	153.997
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	46.942	-	46.942
Aumento do capital social	10.101	-	-	-	-	-	-	10.101
Reserva legal	-	-	-	2.347	-	(2.347)	-	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	44.595	(44.595)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(16.451)	-	-	(16.451)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	-	(6)	(6)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	92.225	-	4.491	5.950	91.924	-	(7)	194.583
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	88.676	-	88.676
Aumento do capital social	10.134	(261)	-	-	-	-	-	9.873
Reserva legal	-	-	-	4.434	-	(4.434)	-	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	84.242	(84.242)	-	-
Dividendos distribuídos - nota explicativa 23	-	-	-	-	(33.668)	-	-	(33.668)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	102.359	(261)	4.491	10.384	142.498	-	(7)	259.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.**Demonstração do fluxo de caixa****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2024	2023
Das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	23	88.676	46.942
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciações, amortizações, exaustões e ativo do direito de uso	13	17.657	14.019
Baixa de imobilizado e intangível	15	1.924	699
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, arrendamento, debentures e notas comerciais	16 e 17	18.966	21.436
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	22	(11.743)	(8.743)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	20	(9.239)	(1.126)
Reversão / (provisão) para transporte, tratamento e destinação de chorume	20	(44)	160
Provisão para crédito liquidação duvidosa	11	688	546
Provisão para contingências	20	96	(118)
Provisão de imposto de renda e contribuição social	21	46.241	26.900
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	136	1.251
Provisão para obrigações contratuais futuras	20	3	10
Aumento / Redução nos ativos operacionais			
Títulos e valores mobiliários		-	2.302
Contas a receber de clientes	11	(8.049)	(22.742)
Partes relacionadas	22	(1.055)	521
Impostos a recuperar	12	1.893	(1.222)
Estoques		(3.349)	3.007
Outras contas a receber		(1.700)	25
Adiantamento a fornecedores		(926)	(575)
Depósitos judiciais		-	15
Aumento / Redução nos passivos operacionais			
Fornecedores	14	11.324	19.144
Partes relacionadas	22	815	217
Salários benefícios e encargos sociais	18	151	350
Impostos taxas e contribuições	19	7.453	4.630
Impostos de renda e contribuição social	21	(23.707)	(13.708)
Adiantamento de clientes		358	(387)
Outras contas a pagar		154	14
Caixa proveniente das operações		136.723	93.567
Pagamento de impostos sobre o lucro	21	(14.700)	(12.100)
Debentures e notas comerciais - juros pagos	17	(18.288)	(19.318)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	16	(330)	(930)
Passivo de arrendamento - juros pagos		(5)	(1)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		103.400	61.218
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Mútuos ativos – concedidos	22	(11.073)	(28.239)
Mútuos ativos - recebimento principal	22	-	607
Aquisição de ativo imobilizado	13	(44.415)	(58.915)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(55.488)	(86.547)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debentures – pagamento de principal	17	(6.428)	-
Emissão de debentures	17	-	60.000
Gastos com captação de debentures	17	-	458
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	16	(3.359)	(3.376)
Passivos de arrendamento – pagamento de principal		(180)	(15)
Dividendos pagos	23	(31.068)	(16.451)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(41.035)	40.616
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		6.877	15.287
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	10	74.396	59.109
No final do exercício	10	81.273	74.396
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		6.877	15.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A. (“CRVR” ou “Companhia”) opera no Estado do Rio Grande do Sul com foco na área de destinação final e valorização de resíduos. A Companhia está sediada na BR 290, Km 181, s/nº, no município de Minas do Leão.

As atividades são desenvolvidas exclusivamente no estado do Rio Grande do Sul por meio de 5 centrais de tratamento e valorização de resíduos, localizadas nos municípios de Giruá, Minas do Leão, Santa Maria, São Leopoldo e Victor Graef, além de um transbordo localizado no município de Tramandaí.

Nessas centrais estão localizados os aterros sanitários, tratamentos de líquidos e queima de gás, utilizados pela CRVR no desenvolvimento de suas atividades.

Os aterros sanitários são de propriedade da Companhia. A sua exploração ocorre por meio de licença de operação emitida pela Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, permitindo o recebimento de resíduo na região do aterro sanitário. A licença operacional é renovada em média a cada quatro anos. A licença operacional para cada aterro sanitário possui vigência em 2023 e 2024. Antes de expirar o prazo, a Companhia inicia novamente o trâmite de renovação da licença operacional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 03 de abril de 2025. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº11 – Contas a receber de clientes – apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber.
- Nota explicativa nº13 – Imobilizado – teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa nº20 – Provisões – reconhecimento e mensuração de provisão para fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para recuperação do sistema operacional do aterro e para riscos cíveis, trabalhista e fiscal: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº21 – Ativo fiscal diferido – reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas mencionada acima no item (a)

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A CRVR estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ao longo do exercício não ocorreram transferências na hierarquia do valor justo na Companhia.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes:

- (a) Receita de contrato com clientes
- (b) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (c) Benefícios a empregados
- (d) Imposto de renda e contribuição social
- (e) Estoques
- (f) Ativo imobilizado
- (g) Instrumentos financeiros
- (h) Redução ao valor recuperável (impairment)
- (i) Provisões
- (j) Ativos não circulantes mantidos para venda
- (k) Distribuição de dividendos
- (l) Arrendamento

a) Receita de contrato com clientes

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Destinação final de resíduos – Aterro

As receitas provenientes da prestação dos serviços de destinação final de resíduos são decorrentes de: tratamento do resíduo recepcionado, classificação do resíduo e destinação final do resíduo em aterro. Tais serviços compõem o um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho “Destinação final de resíduos”. Conforme os contratos de prestação dos serviços de destinação final, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos depositados.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Receita financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros de mútuos e juros obtidos e descontos obtidos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre contratos de mútuos, juros sobre empréstimos e financiamentos, descontos concedidos e despesas bancárias.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

c) Benefícios a empregados

i) *Benefícios de curto prazo a empregados:*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii) *Participação nos lucros:*

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) *Imposto corrente*

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

ii) *Imposto diferido*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque é avaliado pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos. O valor realizável líquido é o preço estimado da prestação de serviço no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar a prestação de serviço.

f) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

i) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

ii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada, por meio das quantidades dispostas de resíduo no aterro. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

iii) *Custos de empréstimos*

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1)– Custos de empréstimos.

A Companhia deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

g) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimentos e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia, a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

iii) Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em suas demonstrações financeiras.

vi) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

h) Redução ao valor recuperável (impairment)

i) Ativos financeiros não - derivativos

A Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise de rating divulgada por agências de risco, bem como avaliação da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades.

ii) Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, A Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da CRVR, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, A Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia,

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos.

O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a CRVR avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A CRVR não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não são o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo; e
- As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

Provisão para recuperação operacional do sistema de aterro

A provisão constituída tem como base o custo médio de transporte e tratamento é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m3 do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados.

j) Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia classifica ativos um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos

mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação.

k) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Distribuições adicionais ao valor mínimo obrigatório somente são contabilizadas (provisionado) na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme descrito na nota explicativa nº 23.

l) Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado.

7. Novas normas e interpretações

7.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações à IAS 7 — Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores

As alterações à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações têm como objetivo melhorar a transparência das informações financeiras, com foco na divulgação mais detalhada dos acordos de financiamento de fornecedores. Esses ajustes visam proporcionar maior clareza sobre as transações nas quais os fornecedores oferecem crédito, mas com características específicas que impactam a liquidez e os pagamentos da entidade.

A IAS 7, que regula a apresentação dos fluxos de caixa, sofreu uma modificação importante no que

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

diz respeito aos acordos de financiamento de fornecedores. As alterações exigem que as entidades divulguem mais informações sobre a natureza dos fluxos de caixa relacionados a tais acordos, especialmente quando houver uma diferença significativa entre a data de pagamento e o momento da entrega de bens ou serviços. Esse ajuste busca aumentar a transparência sobre os fluxos de caixa operacionais e financeiros, permitindo que os usuários das demonstrações financeiras compreendam melhor a posição de liquidez da entidade.

Por sua vez, o IFRS 7 foi ajustado para exigir informações adicionais sobre os termos e condições dos acordos de financiamento de fornecedores. As entidades agora devem divulgar detalhes sobre o impacto desses acordos nas obrigações financeiras e nos fluxos de caixa futuros. Esses acordos podem influenciar substancialmente o perfil de risco financeiro da entidade, especialmente no que se refere ao prazo de pagamento e às taxas de juros envolvidas. As modificações ao IFRS 7 visam garantir que as divulgações financeiras sejam mais detalhadas, permitindo aos investidores e demais stakeholders uma compreensão mais precisa do impacto desses acordos na exposição ao risco da entidade.

As alterações também incluem disposições de transição específicas para o primeiro período de aplicação anual, isentando as entidades de divulgar informações comparativas para períodos anteriores ao início da adoção dessas modificações, bem como de fornecer as informações exigidas pela IAS 7:44H(b)(ii)-(iii) no início do período de adoção.

Estas alterações não trazem impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício de 2024, uma vez que não possui operações financiamento junto a fornecedores

Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, no que se refere à classificação de passivos como circulantes ou não circulantes, têm como objetivo aprimorar a clareza e consistência das práticas contábeis, promovendo maior transparência na apresentação das obrigações financeiras. Essas mudanças visam evitar ambiguidades e garantir que as entidades classifiquem suas obrigações de forma precisa, com ênfase na liquidez e solvência.

De acordo com a IAS 1, a classificação dos passivos deve ser realizada com base na expectativa de liquidação dentro de um período de 12 meses após a data de encerramento do período de reporte. Esta classificação é crucial para a avaliação da posição financeira da entidade, especialmente no que se refere à sua capacidade de cumprir obrigações de curto e longo prazo.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

A Companhia adotou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

Alterações à IAS 1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants

As alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras tratam da classificação de passivos não circulantes que contêm cláusulas contratuais (covenants), as quais podem afetar a capacidade da entidade de cumprir suas obrigações financeiras, impactando especialmente a liquidez e solvência. O objetivo dessas modificações é melhorar a transparência das demonstrações financeiras, proporcionando uma visão mais clara sobre como os covenants podem influenciar a classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.

A Companhia avaliou e essas alterações não trazem impactos em suas demonstrações financeiras.

Alteração à IFRS 16 — Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”

A recente alteração à IFRS 16 – Arrendamentos, relacionada ao Passivo de Arrendamento em transações de **“Sale and Leaseback”**, foi emitida para esclarecer a contabilização do passivo de arrendamento em situações em que um ativo é vendido, mas continua sendo arrendado pela empresa vendedora após a venda.

As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de “sale and leaseback” que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um **“leaseback”** que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de **“sale and leaseback”** com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de **“sale and leaseback”** que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de **“sale and leaseback”** celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.

Estas alterações não trazem impactos à Companhia para o exercício de 2024, uma vez que não possui operações de **sales leaseback** no referido período. Assim, estas modificações à IFRS 16 não são aplicáveis à Companhia no presente exercício.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade

As alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, com foco na Falta de Conversibilidade, visam tratar das dificuldades enfrentadas pelas entidades em países com restrições à conversibilidade de suas moedas locais, ou seja, situações em que as entidades não conseguem facilmente converter a moeda local em uma moeda estrangeira devido a intervenções governamentais ou limitações no mercado cambial.

Essas mudanças oferecem uma orientação mais clara sobre o tratamento das flutuações cambiais em economias com limitações na conversibilidade da moeda, impactando diretamente a mensuração e conversão de moedas estrangeiras nas demonstrações financeiras. A alteração também especifica como proceder quando a conversibilidade da moeda local é restrita, como em países com controle de câmbio ou restrições de mercado.

Principais alterações incluem:

- **Definição de falta de conversibilidade:** A falta de conversibilidade ocorre quando a entidade não pode realizar transações cambiais normais ou transferir fundos devido a restrições legais ou práticas do mercado cambial.
- **Exceção ao método de câmbio padrão:** Em caso de falta de conversibilidade, a IAS 21 permite o uso de uma taxa de câmbio apropriada, em vez da taxa de câmbio de fechamento, levando em consideração as limitações de conversibilidade. A empresa pode utilizar uma taxa de câmbio refletindo as restrições do mercado, desde que siga um procedimento contábil consistente e transparente.
- **Mensuração e Apresentação:** A entidade deve adotar uma abordagem flexível para mensurar seus ativos e passivos em moeda estrangeira, garantindo transparência nas divulgações sobre as restrições cambiais e as técnicas alternativas de conversão utilizadas.
- **Impacto nas Demonstrações Financeiras:** Quando houver falta de conversibilidade, as entidades podem se afastar das práticas tradicionais de conversão, como o uso das taxas de câmbio de fechamento do mercado. No entanto, devem garantir que a abordagem adotada seja consistente, adequada e devidamente divulgada nas demonstrações financeiras.
- **Exigências de Divulgação:** A entidade será obrigada a divulgar informações detalhadas sobre as taxas de câmbio utilizadas, as dificuldades encontradas para converter a moeda local, e as restrições cambiais que afetam suas operações. Isso garantirá transparência e facilitará a compreensão dos investidores sobre as condições econômicas enfrentadas.

As alterações à IAS 21 terão efeito para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2024, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2025. Entretanto, a Companhia entende que a adoção destas alterações não trarão impactos materiais.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, mantendo várias exigências da IAS 1, além de incorporar novas exigências. Certos parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como para a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. Pequenas alterações também foram implementadas na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 – Lucro por Ação.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A IFRS 18 introduz novas exigências para:

- Apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado;
 - Divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas; e
- Melhorarias nos requisitos de agregação e desagregação de informações.

Essa mudança representa uma evolução significativa nos requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras, impactando não apenas a equipe contábil, mas também a forma como a entidade gerencia suas comunicações estratégicas, funções, responsabilidades, processos de negócios e gerenciamento de dados.

É obrigatória a divulgação de uma reconciliação, nas demonstrações financeiras anuais do período comparativo imediatamente anterior, para cada linha da demonstração de resultados, entre:

- Os valores reapresentados ao aplicar a IFRS 18; e
- Os montantes apresentados anteriormente, sob a aplicação a IAS 1 (CPC 26).

A IFRS 18 será obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas normas IAS 7, IAS 33, IAS 8 e IFRS 7 entrarão em vigor junto com a adoção da IFRS 18. A aplicação será retrospectiva, com disposições de transição específicas. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2024, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A IFRS 19, referente às Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, foi introduzida pelo IASB com o objetivo de facilitar a maneira como as subsidiárias, que não têm responsabilidade pública, realizam suas divulgações financeiras. A norma se aplica a subsidiárias que não têm por objetivo atrair capital do público, como é o caso de muitas empresas de pequeno e médio porte ou de empresas que não possuem ações negociadas em mercados públicos.

O principal objetivo da IFRS 19 é permitir que subsidiárias sem responsabilidade pública (isto é, aquelas cujas ações ou instrumentos financeiros não são negociados publicamente) se beneficiem de uma redução nas exigências de divulgação. Isso significa que elas ficam isentas de cumprir algumas das exigências mais rigorosas que são aplicadas a empresas públicas de grande porte.

A entidade pode aplicar a IFRS 19 apenas se, ao final do período de relatório:

- For uma subsidiária (incluindo uma controladora intermediária);
- Não tiver responsabilidade pública, e
- Sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis ao público, que atendam as Normas Contábeis IFRS.

Uma subsidiária é considerada responsável publicamente caso:

- Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais sejam negociados em um mercado público, ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (incluindo bolsas de valores nacionais ou estrangeiras, ou mercados de balcão, como mercados locais e regionais); ou
- Detiver ativos fiduciários para um grupo abrangente de estrangeiros como um de seus principais negócios (exemplos incluem bancos, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos, entre outros).

Entidades que atendem aos critérios de elegibilidade podem aplicar a IFRS 19 em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária que não adotar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas pode aplicá-la nas suas demonstrações financeiras separadas.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A norma será aplicável a partir de períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Caso a entidade opte por adotar a IFRS 19 para um período de relatório anterior à adoção da IFRS 18, deverá aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação conforme descrito no anexo da IFRS 19. Caso a adoção ocorra antes de implementar as mudanças na IAS 21, as exigências de divulgação relacionadas à Falta de Conversibilidade não se aplicarão.

A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2024, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

8. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital.

As atividades da Companhia o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho da CRVR tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos.

i) Risco de mercado

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de instrumentos financeira expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TJLP, SELIC, IPCA e TR). Nos ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós-fixadas em 12% tendo como base os montantes registrados no final do exercício de 2024 (12% em 2023), conforme abaixo.

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2024	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	81.273	CDI e TJLP	9.875
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18 e 19)	(129.887)		(15.781)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(48.614)		
Efeito no resultado			(5.906)

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2023	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	74.396	CDI e TJLP	8.667
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18 e 19)	(139.331)		(16.232)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(64.935)		
Efeito no resultado			(7.565)

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos através da lei 8.666/92, reajustados anualmente com base na variação do IPCA e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em considerando as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às próprias características. Os contratos da CRVR são com entes público e privados. Os contratos com entes públicos figuram na lei 8.666 que estabelece normas gerais sobre licitações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os contratos privados são firmados através de contratos de prestação de serviço.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a CRVR adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Para contas a receber de clientes, a maior parte do saldo refere-se a clientes públicos cuja prestação de serviço ocorre por meio de contrato. As condições de recebimento são definidas no momento da assinatura do referido contrato. A Companhia avalia as condições pré-existentes no processo de contratação, bem como uma análise de liquidez do contratante para garantir que o risco seja mitigado no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, a Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de dois meses, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes.

Adicionalmente, a carteira de clientes é diversificada.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	10	81.273	74.396
Contas a receber de clientes	11	75.283	66.867
Mútuos a receber partes relacionadas	22	106.552	83.736
Outras contas a receber		2.567	867
		265.675	225.866

	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2024									
Caixa e equivalentes de caixa	81.273	-	-	-	-	-	-	-	81.273
Contas a receber de clientes	47.034	14.644	186	20	3.773	1.643	10.453	(2.470)	75.283
Mútuos a receber partes relacionadas	106.552	-	-	-	-	-	-	-	106.552
Outras contas a receber	2.567	-	-	-	-	-	-	-	2.567
	237.426	14.644	186	20	3.773	1.643	10.453	(2.470)	265.675
Em 31 de dezembro de 2023									
Caixa e equivalentes de caixa	74.396	-	-	-	-	-	-	-	74.396
Contas a receber de clientes	30.355	15.920	4.709	2.274	634	5.163	9.698	(1.886)	66.867
Mútuos a receber partes relacionadas	83.736	-	-	-	-	-	-	-	83.736
Outras contas a receber	867	-	-	-	-	-	-	-	867
	189.354	15.920	4.709	2.274	634	5.163	9.698	(1.886)	225.866

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a CRVR disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações.

O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos e financiamentos (a)	545	-	-	-	545	545
Fornecedores e outras contas a pagar	27.505	-	-	-	27.505	27.505
Debêntures (a)	43.969	76.138	60.418	-	180.525	129.342
Passivo de arrendamento	173	-	-	-	173	173
	72.192	76.138	60.418	-	208.748	157.565
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2023						
Empréstimos e financiamentos (a)	3.833	547	-	-	4.380	3.913
Fornecedores e outras contas a pagar	25.079	6	-	-	25.085	25.085
Debêntures (a)	25.824	42.667	105.646	27.974	202.111	135.418
Passivo de arrendamento	180	173	-	-	353	353
	54.916	43.393	105.646	27.974	231.929	164.769

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

b) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade e crescimento das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para minimizar despesas financeiras.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

Adicionalmente, a Companhia utiliza o endividamento líquido, para acompanhar a sua performance de geração de caixa, bem como para utilização em comparação com parâmetros de mercado.

O endividamento líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos, debêntures	129.887	139.331
Fornecedores e outras contas a pagar	27.505	25.085
Total Endividamento	157.392	164.416
(-) Caixa e caixa equivalente	(81.273)	(74.396)
(=) Endividamento líquido (a)	76.119	90.020
Patrimônio líquido	259.464	194.583
Capital social e endividamento líquido (b)	335.583	284.603
Quociente de alavancagem (a ÷ b)	23%	32%

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

		2024		2023	
Hierarquia do valor justo	Categoria	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	81.273	81.273	74.396	74.396
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	75.283	75.283	66.867	66.867
Outras contas a receber	Custo amortizado	2.567	2.567	867	867
Mútuo a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	106.552	106.552	83.736	83.736
Total		265.675	265.675	225.866	225.866
Passivos financeiros:					
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	27.505	27.505	25.085	25.085
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	545	545	3.913	3.913
Debêntures	Custo amortizado	129.342	130.892	135.418	137.000
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	173	173	353	353
Total		157.565	159.115	164.769	166.351

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

9. Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são controlados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia realiza mensalmente provisão para fechamento, e pós-fechamento neste caso para monitoramento e o controle dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período pré-estabelecido no processo de licenciamento, ou de acordo com a NBR 13.896 que determina o monitoramento por um período de 20 anos após o seu fechamento podendo o mesmo ser reduzido ou estendido, vide nota explicativa nº 20b.

As provisões de recuperação operacional do sistema de aterro são constituídas mensalmente, assim como o seu custo médio de formação, vide nota explicativa nº 20c.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	2024	2023
Caixa e bancos	1.790	246
Certificado de depósito bancário (CDB)	79.483	74.150
	81.273	74.396

As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média do CDI em 97,79% em 2024 (96,41% em 2023), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº8.

11. Contas a receber de clientes

São compostos como segue:

	Nota explicativa	2024	2023
Clientes públicos:			
Valores faturados		32.544	25.794
Medições a faturar		30.583	29.343
		63.127	55.137
Clientes privados:			
Valores faturados		6.530	2.720
Medições a faturar		6.313	6.535
Crédito de carbono		-	3.633
		12.843	12.888
Perdas de crédito esperada		(2.470)	(1.886)
Partes relacionadas	22	1.783	728
Total		75.283	66.867

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para perdas de crédito esperada.

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	2024	2023
Valores a vencer	47.034	30.355
Vencidos:		
Até 30 dias	14.644	15.920
Entre 31 e 60 dias	186	4.709
Entre 61 e 90 dias	20	2.274
Entre 91 e 180 dias	3.773	634
Entre 181 e 360 dias	1.643	5.163
Acima de 360 dias	10.453	9.698
PECLD	(2.470)	(1.886)
	75.283	66.867

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico- financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada em 2024 e 2023 é apresentada como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	(1.886)	(1.340)
Provisão do exercício	(1.687)	(2.531)
Reversão do exercício	999	1.985
Perda Efetiva	104	-
Saldo final	(2.470)	(1.886)

12. Impostos a recuperar

São compostos como segue:

	2024	2023
INSS	4.243	3.887
Pis e Cofins	1.579	2.740
IRPJ	818	2.230
CSLL	843	576
ICMS	4	4
Outros impostos	62	5
	7.549	9.442
Circulante	3.816	5.616
Não circulante	3.733	3.826

13. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto como segue:

	Taxa média anual - %	Custo	Depreciação	2024 Líquido	2023 Líquido
Aterro e infra em aterros (*)		190.806	(103.755)	87.051	74.241
Terrenos, edificações e construção civil (**)	5%	65.603	(4.235)	61.368	36.769
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	563	(525)	38	58
Máquinas e equipamentos	10%	39.567	(17.158)	22.409	12.927
Móveis e utensílios	10%	1.063	(611)	452	497
Equipamentos de informática	20%	1.535	(980)	555	642
Veículos e equipamentos	20%	622	(408)	214	280
Imobilizado em andamento		34.326	-	34.326	54.485
		334.085	(127.672)	206.413	179.899

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizadas de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada.

(**) Terrenos não são depreciados

As mutações do imobilizado de 2024 e 2023 estão demonstradas conforme a seguir:

Custo	Saldo em 31/12/2023	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	165.552	-	-	25.254	190.806
Terrenos, edificações e construção civil	39.227	-	-	26.376	65.603
Benfeitorias em bens de terceiros	563	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	27.528	12.559	(714)	194	39.567
Móveis e utensílios	1.051	33	(21)	-	1.063
Equipamentos de informática	1.434	119	(18)	-	1.535
Veículos e equipamentos	583	-	-	39	622
Imobilizado em andamento	54.485	31.704	-	(51.863)	34.326
	290.423	44.415	(753)	-	334.085

Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros:	(91.311)	(12.444)	-	-	(103.755)
Terrenos, edificações e construção civil	(2.458)	(1.777)	-	-	(4.235)
Benfeitorias em bens de terceiros	(505)	(20)	-	-	(525)
Máquinas e equipamentos	(14.601)	(2.827)	270	-	(17.158)
Móveis e utensílios	(554)	(74)	17	-	(611)
Equipamentos de informática	(792)	(200)	12	-	(980)
Veículos e equipamentos	(303)	(105)	-	-	(408)
	(110.524)	(17.447)	299	-	(127.672)
	179.899	26.968	(454)	-	206.413

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo	Saldo em 31/12/2022	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	139.693	15.821	-	10.038	165.552
Terrenos, edificações e construção civil	27.740	3.735	-	7.752	39.227
Benfeitorias em bens de terceiros	563	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	26.843	1.682	(1.297)	300	27.528
Móveis e utensílios	909	142	-	-	1.051
Equipamentos de informática	1.249	152	-	33	1.434
Veículos e equipamentos	583	-	-	-	583
Imobilizado em andamento	35.707	37.383	(482)	(18.123)	54.485
	233.287	58.915	(1.779)	-	290.423

Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	(81.597)	(9.714)	-	-	(91.311)
Terrenos, edificações e construção civil	(1.337)	(1.121)	-	-	(2.458)
Benfeitorias em bens de terceiros	(485)	(20)	-	-	(505)
Máquinas e equipamentos	(12.903)	(2.778)	1.080	-	(14.601)
Móveis e utensílios	(486)	(68)	-	-	(554)
Equipamentos de informática	(614)	(178)	-	-	(792)
Veículos e equipamentos	(205)	(98)	-	-	(303)
	(97.627)	(13.977)	1.080	-	(110.524)

Total	135.660	44.938	(699)	-	179.899
--------------	----------------	---------------	--------------	----------	----------------

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2024 e 2023, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável. Portanto, não houve a necessidade de realizar teste de impairment e nenhum valor sobre perda ao valor recuperável foi reconhecido.

14. Fornecedores

São compostos como segue:

	2024	2023
Fornecedores	25.607	24.156
Partes relacionadas – nota 22	1.730	915
	27.337	25.071
Circulante	27.337	25.065
Não circulante	-	6

15. Dividendos a pagar

São compostos como segue:

Dividendos a pagar	2024	2023
Controladora:		
Riograndense Participações S.A.	2.600	-
	2.600	-

Abaixo demonstramos a movimentação no ano de 2024 e 2023

	2024	2023
Saldo inicial	-	-
Dividendos propostos	33.668	16.451
Pagamento de dividendos	(31.068)	(16.451)
Saldo final	2.600	-

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2024	2023
Financiamento de projetos	Pré-fixado de 3,75% a.a.	Fev/25	545	3.743
Financiamento de veículos e equipamentos	CDI + 3,84% a.a. a 3,93% a.a.	Dez/24	-	170
			545	3.913
Circulante			545	3.380
Não circulante			-	533

Ao longo de 2024 e 2023, o endividamento da Companhia apresentou as seguintes mutações:

	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2024
Financiamento de projetos	3.743	-	308	(316)	(3.190)	545
Financiamento de veículos e equipamentos	170	-	13	(14)	(169)	-
	3.913	-	321	(330)	(3.359)	545

	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2023
Financiamento de projetos	6.953	-	876	(886)	(3.200)	3.743
Financiamento de veículos e equipamentos	348	-	42	(44)	(176)	170
	7.301	-	918	(930)	(3.376)	3.913

O montante em longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	2024	2023
2025	-	533
	-	533

17. Debêntures

Entidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2024	2023
CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda. (a)	CDI + 3,50%a.a	22/11/2029	130.435	137.000
(-) Custo de captação			(1.093)	(1.582)
			129.342	135.418
Circulante			27.577	8.428
Não circulante			101.765	126.990

Em 18 de novembro de 2022 a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor de R\$135.000, sendo R\$75.000 na Primeira Série das debêntures, e R\$60.000 na Segunda Série das Debêntures, para distribuição pública com esforços restritos, integralizadas em 07 de dezembro de 2022 e 16 de janeiro de 2023, respectivamente, tendo como Escriturador e Banco liquidanda da emissão o Itaú Unibanco S.A., com amortização trimestral a partir de 22 de novembro de 2024 e vencimento final em 22 de novembro de 2029.

Os recursos obtidos pela Emissora com a primeira emissão das debêntures da Primeira Série serão destinados para financiamento de Capex da CRVR e para pagamento de determinadas dívidas. Os recursos obtidos da Segunda Série das Debêntures serão destinados ao financiamento de Capex, a partir de janeiro de 2023.

Garantias e cláusulas restritivas (Covenants)

Foi prestada garantia fidejussória, de forma solidária e proporcional à sua participação acionária indireta na CRVR, considerando a participação acionária dos Garantidores no capital social da Riograndense Participações S.A. (controladora direta da CRVR), como principais pagadores e devedores proporcionais pelo valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$135.000, observado em qualquer hipótese (i) a quantidade de 75.000 (setenta e cinquenta mil) debêntures na Primeira Série (“Debêntures da Primeira Série”); e (ii) a quantidade de 60.000 (sessenta mil) debêntures na Segunda Série.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os covenants são condições restritivas, que visam a dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela CRVR, os índices financeiros pactuados são i) a manutenção da equação dívida líquida/EBITDA e ii) ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida) calculado pela relação EBITDA/Serviço da dívida, ambos apurados com base em demonstrações financeiras anuais auditadas, sujeitos ao devido acompanhamento pelo agente fiduciário.

Conciliação da movimentação de debêntures

	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	Adição/Amortiz de custo de captação	Saldo em 31/12/2024
Debêntures	137.000	-	18.151	(18.288)	(6.428)	-	130.435
(-) Custo de captação	(1.582)	-	-	-	-	489	(1.093)
	135.418	-	18.151	(18.288)	(6.428)	489	129.342

	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Adição/Amortiz de custo de captação	Saldo em 31/12/2023
Debêntures	75.801	60.000	20.517	(19.318)	-	-	137.000
(-) Custo de captação	(2.040)	-	-	-	-	458	(1.582)
	73.761	60.000	20.517	(19.318)	-	458	135.418

18. Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	2024	2023
Salários e 13º salários	-	327
Encargos trabalhistas	601	642
Férias	2.149	1.874
Participação nos resultados	1.513	1.082
Outros	31	218
	4.294	4.143

19. Impostos, taxas e contribuições

São compostos como segue:

	2024	2023
ISS	4.441	2.191
PIS	1.816	970
Cofins	8.540	4.697
ICMS	195	121
IRRF	251	188
INSS Retido	477	144
ISS Retido	150	117
Parcelamentos fiscais	-	3
IRPJ/CSLL	10.401	2.567
Outros	87	73
	26.358	11.071

20. Provisões

O saldo é composto como segue:

	2024	2023
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	673	577
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	52.342	61.581
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	4.874	4.918
Provisão para obrigações contratuais futuras	31	28
	57.920	67.104

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal

São compostos como segue:

	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/2022	695	695
Reversões	(118)	(118)
Saldo em 31/12/2023	577	577
Adições	179	179
Reversões	(83)	(83)
Saldo em 31/12/2024	673	673

Chances de perda foram classificadas como possível

Em 31 de dezembro de 2024, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, o montante correspondente a outros processos movidos contra a Companhia com prognóstico estimado de perda possível, além dos processos a seguir divulgados, totalizam R\$10.352 (R\$10.880 em 31 de dezembro de 2023). Os principais processos com estimativa de perdas possível referem-se substancialmente a ações descritas abaixo:

Número do Processo	Area Envolvida	Tipo de Objeto	Valor
Reclamação Trabalhista Nº CONFIDENCIAL	Trabalhista	Trata-se de uma demanda trabalhista com pleito de dano moral, indenização estabilitária, dano material, pensionamento, honorários advocatícios e responsabilidade subsidiária da CRVR.	Valor atualizado envolvido na ação com indicação de prognóstico possível: R\$433

b) Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros

Fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais. De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o sítio está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um sítio ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta. Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes;
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.);
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado; e
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano e depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual).

O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 9,73% ao ano (9,79% em 2023) que reflete o custo de capital da Companhia.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2024 e 2023:

	2024	2023
Saldo inicial	61.581	62.707
Constituição de provisão	10.596	2.645
Reversão / realização da provisão	(19.835)	(3.771)
Saldo final	52.342	61.581

c) Provisão de recuperação operacional do sistema aterro

A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	4.918	4.758
Constituição de provisão	519	1.019
Reversão da provisão	(563)	(859)
Saldo final	4.874	4.918

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, como segue:

	2024	2023
Diferenças temporárias:		
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos (*)	(1.290)	(3.761)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	17.796	20.938
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	840	641
Provisões contingências	229	196
Provisão transporte chorume	1.657	1.672
Provisão de participações no resultado	591	446
IFRS 16	10	-
Benefícios pós emprego	-	6
Custo de aquisição de debentures	(371)	(538)
Outros	3	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	19.465	19.601

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	2024	2023
Lucro antes dos impostos e das participações no resultado	135.053	75.093
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	(45.918)	(25.532)
Incentivos	572	686
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Brindes/multas indedutíveis	(31)	(22)
Bônus/doações/patrocínios	(228)	(207)
Ajuste de inventário	(791)	(167)
Outras diferenças permanentes	54	(216)
Perda por inadimplência	(35)	(1.295)
Ajustes relativos a tributos de exercícios anteriores	-	(1.398)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(46.377)	(28.151)
Corrente	(46.241)	(26.900)
Diferido	(136)	(1.251)
Alíquota efetiva	27,09%	37,49%

22. Partes relacionadas*Remuneração de pessoal-chave da Administração*

A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$1.800 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.604 em 2023).

Outras transações com partes relacionadas

Seguem os saldos e as transações que a Companhia efetuou com partes relacionadas em 31 dezembro de 2024 e de 2023:

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Solvi Essencis Ambiental S.A.	98	-	333	241	(3.640)	(2.852)
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	3	-	2	-	(8)	(18)
Emergenciall Emergencias Ambientais Ltda	4	-	1	-	(12)	-
GRI Koleta Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	-	1.272	2	(6.067)	(18)
Riograndense Participações S.A.	-	-	-	-	929	-
Revita Engenharia S.A.	-	-	-	586	(1.348)	(7.031)
Biotérmica Energia S.A.	1.678	394	122	86	1.528	2.113
Biometano Sul S.A.	-	334	-	-	52	290
	1.783	728	1.730	915	(8.566)	(7.516)
Mútuos						
Riograndense Participações S.A.	97.286	75.280	-	-	7.829	9.777
Biotérmica Energia S.A.	9.266	8.456	-	-	819	133
	106.552	83.736	-	-	8.648	9.910
Total	108.335	84.464	1.730	915		
Circulante	1.783	728	1.730	915		
Não circulante	106.552	83.736	-	-		

Movimentação de mútuos no ativo:

	2024	2023
Saldo inicial	83.736	46.924
Aplicação	11.073	28.239
Juros	13.242	9.910
Recebimento do principal	-	(607)
Encargos	(1.499)	(1.167)
Aumento de capital com assunção de dívida	-	437
Saldo final	106.552	83.736

Movimentação de mútuos no passivo:

	2024	2023
Saldo inicial	-	258
Captação	-	5.000
Juros	-	209
Pagamento de juros	-	(228)
Pagamento do principal	-	(5.258)
Encargos	-	19
Saldo final	-	-

23. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 01 de dezembro de 2023, mediante a compensação de créditos decorrentes do “Contrato de Assunção de Dívida” celebrado entre a Companhia e sua controladora Riopar, foi realizado o aumento do capital social da Companhia em R\$10.101, com a criação de 10.100.798 ações ordinárias, passando o capital social de R\$82.124 para R\$92.225, dividido em 92.225.535 ações, com valor nominal de R\$ 1,00, todas subscritas e integralizadas pela Riopar nesta data.

Em 16 de dezembro de 2024, mediante a compensação de créditos decorrentes do “Contrato de Assunção de Dívida” celebrado entre a Companhia e sua controladora Riopar, foi realizado o aumento do capital social da Companhia em R\$10.134, com a criação de 10.134 ações ordinárias, passando o capital social de R\$92.225 para R\$102.259, dividido em 102.359 ações, com valor nominal de R\$ 1,00, todas subscritas e integralizadas pela Riopar nesta data, e o montante de R\$261 encontra-se em capital social a integralizar.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva de Capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da Companhia em termos de entregas de bens ou de prestação de serviços.

c) Distribuição de lucros

A Administração aprovou a distribuição de dividendos da CRVR no valor total de R\$33.668, pagos conforme o seguinte cronograma: (a) R\$5.477 no mês de abril/2024; (b) R\$3.277 no mês de junho/2024; (c) R\$3.277 no mês de julho/2024; (d) R\$6.227 no mês de agosto/2024; (e) R\$6.454 no mês de setembro/2024; (f) R\$3.278 no mês de novembro/2024; (g) R\$3.278 no mês de dezembro/2024; e, (h) R\$2.600 pago em fevereiro/2025.

A Administração aprovou a distribuição de dividendos da CRVR no valor total de R\$16.451, pagos conforme o seguinte cronograma: (a) R\$10.000 no mês de abril/2023; (b) R\$181 no mês de maio/2023; e, (c) R\$1.045 mensalmente entre os meses de julho e dezembro/2023.

Abaixo tabela com a destinação dos lucros:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	88.676	46.942
Reserva legal - 5% a	(4.434)	(2.347)
Base para distribuição mínima	84.242	44.595
% dividendos mínimos obrigatórios	40%	40%
Dividendos mínimos obrigatórios (a)	-	-

(a) A Administração deliberou em 16 de dezembro de 2024 e 01 de dezembro de 2023 pela não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios previstos em estatuto social referente aos exercícios de 2024 e 2023.

a) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b) Outros resultados abrangentes

O valor de R\$7 em 31 de dezembro de 2024 refere-se a provisão relacionada a Benefício Pós Emprego (R\$7 em 31 de dezembro de 2023).

24. Receita operacional líquida

São compostos como segue:

	2024	2023
Receita de resíduos	352.058	270.543
Receita com manufatura reversa	358	-
Receita venda de biogás	2.126	2.604
Receita crédito de carbono	-	3.808
Total receita bruta	354.542	276.955
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
ISS	(15.351)	(11.208)
PIS	(5.846)	(4.502)
COFINS	(26.926)	(20.735)
ICMS	(249)	(313)
Total de deduções sobre vendas	(48.372)	(36.758)
Receita líquida	306.170	240.197

As receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente de uma obrigação de desempenho, conforme descrito na nota explicativa nº 6.a

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Custo dos serviços prestados

é São compostos como segue:

	2024	2023
Salários e encargos	(27.734)	(24.926)
Aluguel	(40.251)	(33.240)
Depreciações e amortizações	(17.641)	(14.019)
Materiais aplicados nos serviços	(21.836)	(23.115)
Serviços de terceiros (a)	(53.699)	(52.662)
Créditos fiscais (b)	8.986	10.878
Energia elétrica	(1.598)	(1.901)
Fechamento de aterro	9.233	1.126
Licenças e taxas	(25)	(328)
Outros custos de produção	(5.903)	(6.244)
	(150.462)	(144.431)

(a) Refere-se substancialmente a custos com transportes de resíduos, análises e assessoria com testes técnicos.

(b) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais são de PIS e COFINS.

26. Despesas comerciais

São compostos como segue:

	2024	2023
Provisão/(reversão) para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	(584)	(546)
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(104)	(3.813)
Patrocínios, brindes e doações	(291)	(402)
Propaganda e publicidade	(29)	(279)
Outros	(270)	(183)
	(1.278)	(5.223)

27. Despesas administrativas

São compostos como segue:

	2024	2023
Remuneração direta mão de obra	(2.613)	(769)
INSS	(375)	(129)
Benefícios	(516)	(53)
FGTS	(106)	(33)
Aluguéis	(142)	-
Depreciação	(19)	-
Materiais	(1.868)	(48)
Serviços de Terceiros (a)	(10.465)	(7.031)
Tributos, Seguros e Contribuições	(215)	(29)
Viagens e Estadias	(73)	(15)
Despesas serviços compartilhados (b)	(3.640)	(2.852)
Outros	(62)	(6)
	(20.094)	(10.965)

(a) Refere-se a serviços de gestão de assessoria técnica.

(b) Refere-se a prestação de serviços administrativos entre partes relacionadas.

28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

São compostos como segue:

	2024	2023
Outras receitas (despesas) eventuais	(63)	(1.370)
Resultado venda de imobilizado	1.596	(92)
Provisões para contingenciais	(96)	118
Despesas com contingenciais	(293)	(617)
Patrocínio e doações (a)	(405)	(255)
Pis e Cofins sobre outras receitas	(1.048)	(1.028)
	(309)	(3.244)

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) A Companhia com base no seu compromisso com a sociedade patrocina anualmente projetos e iniciativas que levam desenvolvimento, cultura, arte, educação e lazer para as comunidades e cidades onde atua. As leis de Incentivo Fiscal garantem o apoio a causas como direitos da criança e do adolescente, direitos da pessoa idosa, cuidados de pessoas com deficiência ou em tratamento oncológico, incentivo à cultura e ao esporte.

Além do Incentivo Fiscal, redução e destinação do IRPJ pago, são projetos que contribuem para os objetivos de desenvolvimento e responsabilidade socio ambiental e reafirmam os valores da Companhia.

29. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

São compostos como segue:

	2024	2023
Receitas juros sobre contratos	13.240	9.910
Rendimentos sobre aplicações financeiras	7.749	10.749
Correção de depósitos judiciais	-	3
Juros recebidos e descontos obtidos	137	296
Outras receitas financeiras	174	292
Total receitas financeiras	21.300	21.250
Variação monetária passiva	(17)	(6)
Despesas bancárias	(445)	(193)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	-	(7)
Despesas com juros passivo de arrendamento	(13)	(1)
Despesas com multas e moras financeiras	(97)	(153)
Despesas com captação debêntures	(489)	(458)
Tributos sobre movimentações financeiras	(725)	(238)
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(18.488)	(21.435)
Total despesas financeiras	(20.274)	(22.491)
Total	1.026	(1.241)

30. Cobertura de seguros

As apólices contratadas pela Companhia oferecem as coberturas de riscos patrimoniais e de responsabilidade civil. A cobertura de seguro da Companhia é composta por:

	2024	2023
Seguro patrimonial	54.000	59.033
Responsabilidade civil geral	25.000	10.000
Responsabilidade civil ambiental	30.000	-
Total	109.000	69.033

31. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definição do IAS 33 – Lucro por ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico e diluído:

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	88.676	46.942
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares de ações)	92.641	82.965
Lucro por ação – básico e diluído (R\$)	0,96	0,57
Média ponderada de ações ordinárias (básico e diluído)		
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022	92.225	82.124
Efeito das ações emitidas no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023	416	841
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	92.641	82.965